

CAPACITAÇÃO

REFORMA TRIBUTÁRIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Entender as mudanças no sistema tributário brasileiro e seus impactos nas empresas para avaliar cabimento e alcance da recomposição financeira e fundamentar a decisão administrativa

CARGA HORÁRIA	16 horas-aula
DISTRIBUIÇÃO	4 encontros de 4 horas-aula
MODALIDADE	Online e ao vivo, em plataforma virtual
DATA	10 a 13 de novembro de 2026
HORÁRIO	08h30 às 12h30 (intervalos de 10 minutos)
PROFESSORES	Maurício Luís Maioli e Gustavo Cauduro Hermes
INVESTIMENTO	R\$ 2.150,00 por participante - Condição especial de lançamento
MATERIAL	Apostila/slides e materiais complementares em formato eletrônico
GRAVAÇÕES	As aulas serão gravadas e disponibilizadas no Ambiente Virtual INGEP EAD.
ACESSO AO AMBIENTE VIRTUAL	20 dias a contar do início do curso
CERTIFICADO	Frequência mínima de 75%, verificada pelo tempo de conexão na sala virtual.

Apresentação do Curso

A Reforma Tributária introduz mudanças relevantes na estrutura de tributação sobre o consumo e cria novos desafios para as empresas do mercado e para a Administração Pública tanto na formação do preço, quanto na manutenção do equilíbrio dos contratos administrativos.

Nos contratos de maior duração, especialmente aqueles que atravessam o período de transição, a alteração da tributação deve repercutir sobre custos, preços, créditos tributários, composição da remuneração e, consequentemente, sobre a equação econômico-financeira originalmente estabelecida.

Os impactos da reforma tributária não se limitam a emitir nota fiscal pela contratada com tributo novo em substituição a antigo, mas permeia por cada subfornecedor e por cada regime tributário de parceiros estratégicos do próprio fornecedor, que interferem na formação do preço.

O desafio, portanto, não está apenas em compreender a nova sistemática de tributação, mas também identificar o impacto efetivo em cada contrato vigente e conduzir o reequilíbrio econômico-financeiro.

Para tanto, é preciso entender a realidade anterior, vigente no momento de fixação dos preços atuais, que estabilizou o equilíbrio inicial do contrato, e a realidade posterior, conforme entrem em vigência as etapas crescentes da reforma tributária, em seus meandros específicos impactantes em cada mercado e em cada contrato.

Seguindo a isso, importa estabelecer metodologia para levantamento de custos efetivos e impactos proporcionais na cadeia de insumos, identificando o tão almejado impacto efetivo no preço do contrato, demonstrando a repercussão econômica.

Importante que as empresas saibam pedir e instruir os reequilíbrios, e que a Administração saiba processar, avaliar o valor apresentado pela contratada e decidir de forma tecnicamente fundamentada.

A Reforma Tributária será analisada neste curso dentro da lógica do contrato administrativo, relacionando tributação, formação de preços, custos, riscos, encaminhamento de pleito, provas, cálculo, reequilíbrio e decisão administrativa.

O FOCO DESTA CURSO

O objeto do treinamento não é estudar a Reforma Tributária isoladamente. O foco é compreender seus efeitos sobre os contratos administrativos e saber identificar, quantificar, analisar e documentar seus possíveis impactos econômico-financeiros.

**Maurício Luís Maioli**

Advogado sócio da área tributária do Goulart & Lamb Advogados. Mestre em Direito Público (Tributário), orientação do Professor Doutor Humberto Ávila. Especialista pelo IBET (Instituto Brasileiro de Estudos Tributários). Membro do IET (Instituto de Estudos Tributários), do IBDT (Instituto Brasileiro de Direito Tributários, e da FESDT (Fundação Escola Superior de Estudos Tributários). Coautor do livro COMENTÁRIOS À REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA DO IBS, DA CBS E DO IS (Comentários à LC 214/2025) e do Livro de Comentários à LC 227/2026. Coordenador de grupos de adequação à reforma tributária. Coordenador da Especialização de Direito Tributário da Unisinos por nove anos. Professor de Direito Tributário. Palestrante e articulista de temas tributários.

**Gustavo Cauduro Hermes**

Advogado sócio da área de Direito Administrativo da Goulart & Lamb Advogados. Administrador de Empresas com atuação nacional como consultor e assessor institucional nas áreas de licitação pública e contratos administrativos. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Licitações e Contratos Administrativos no Instituto Nacional de Gestão Pública – INGEp. Foi professor do curso de graduação em Direito da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA por quatorze anos. Foi professor no curso de graduação em Administração da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM. Autor de diversos artigos e coautor dos livros “GERENCIAMENTO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA” (primeiro sobre o tema no Brasil), “SUBSÍDIOS PARA CONTRATAÇÃO Administrativa” e “SUBSÍDIOS PARA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - Legislação Essencial e Questões Práticas”. Professor e consultor na temática de pleitos e aditivos em contratos administrativos.

Duas perspectivas complementares para analisar o mesmo problema: o impacto tributário e o impacto na equação contratual.

Objetivo e entregas práticas

Objetivo geral

Capacitar profissionais envolvidos no planejamento, contratação, gestão, fiscalização, análise de custos e instrução de processos administrativos a **identificar, analisar, quantificar e documentar os impactos efetivos da Reforma Tributária sobre a equação econômico-financeira dos contratos administrativos**, de modo a provocar, instruir e avaliar pedidos de recomposição.

Ao final do curso, o participante estará preparado para

- compreender os aspectos da Reforma Tributária necessários à análise dos contratos administrativos;
- identificar contratos potencialmente expostos aos efeitos da transição tributária;
- compreender a relação entre tributação, custo, preço e equação econômico-financeira;
- interpretar os arts. 373 a 377 da LC nº 214/2025 e sua aplicação aos contratos administrativos;
- diferenciar alteração nominal da tributação de alteração efetiva da carga tributária suportada na execução contratual;
- compreender os efeitos da não cumulatividade, dos créditos tributários, da base de cálculo e de outros fatores que podem alterar o impacto econômico efetivo;
- reconstruir a composição econômica original do contrato;
- comparar a situação tributária original com a situação decorrente da transição;
- preparar documentação para instituir processo de reequilíbrio;
- analisar memória de cálculo de impactos tributários;
- avaliar documentos que comprovam o impacto;
- identificar efeitos compensatórios que possam reduzir ou neutralizar o impacto;
- avaliar a relação entre o evento tributário e a matriz de riscos do contrato;
- distinguir reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste e repactuação;
- identificar a possibilidade de revisão de ofício diante da redução da carga tributária efetiva;
- estruturar a instrução técnica do processo;
- definir quais informações e documentos devem ser adicionados ao processo;
- aplicar o Método INGEp de Análise de Impactos na Equação Contratual a casos concretos e repercussões na modulação em licitações futuras.

04

Público-alvo

O treinamento é dirigido a quem participa da formação, da execução ou da revisão do preço dos contratos administrativos, na Administração Pública e no setor contratado.

- Gestores e fiscais de contratos;
- Agentes de contratação e equipes de planejamento;
- Servidores das áreas de compras e contratações;
- Áreas de orçamento, custos e formação de preços;
- Assessorias e procuradorias jurídicas;
- Áreas financeira, contábil e administrativa;
- Responsáveis pela instrução de processos de reequilíbrio;
- Servidores de empresas estatais;
- Advogados e profissionais de empresas privadas que mantém contratos com a administração pública e atuam na contabilidade, orçamentação, gestão de contratos de serviços, fornecimentos, obras e concessões.

05

Conteúdo programático

MÓDULO 1

OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A REFORMA TRIBUTÁRIA – ONDE AS MATÉRIAS SE FUNDEM

- Peculiaridades dos Contratos Administrativos e a garantia constitucional de manutenção das condições da proposta;
- A base originária da licitação pública e sua vinculação e reflexos durante a execução dos contratos;
- A Reforma Tributária como evento superveniente e seus impactos imprevisíveis e incalculáveis;
- As diferenças de impactos em cada contrato administrativo e suas peculiaridades que justificam diferentes impactos a serem corrigidos;
- As diferenças tributárias entre empresas, seus impactos nos contratos e a livre iniciativa de escolha;
- O novo regime híbrido de apuração do IBS e da CBS aplicável às empresas do Simples Nacional e seus impactos nos contratos.

MÓDULO 2

O QUE MUDA COM A REFORMA TRIBUTÁRIA – NOVA ESTRUTURA DE TRIBUTOS

- Fundamentos da reforma tributária e as razões estruturais da mudança do sistema;
- EC nº 132/2023, LCP 214/2025 e a reorganização da tributação sobre o consumo;

- iii. Tributos substituídos, tributos impactados e novos instrumentos instituídos pela reforma;
- iv. Os princípios estruturantes do novo modelo tributário: base ampla, destino, não cumulatividade e neutralidade;
- v. IBS e CBS: como funciona o sistema de IVA Dual;
- vi. Imposto Seletivo: finalidade, estrutura normativa e impactos para organizações públicas e privadas;
- vii. Fato gerador, sujeitos da obrigação tributária e exigibilidade no novo regime;
- viii. Base de cálculo, alíquotas e impactos financeiros da nova sistemática;
- ix. Não cumulatividade e creditamento: racionalidade, extensão, limites e cautelas operacionais;
- x. Restituição, ressarcimento, compensação e formas de extinção do crédito tributário;
- xi. Regime geral, regimes específicos, imunidades e tratamentos tributários diferenciados;
- xii. Operacionalização, administração e governança do IBS e da CBS;
- xiii. Transição entre regimes e seus reflexos sobre planejamento, formação de preços e relações contratuais;
- xiv. Cronograma de implantação da Reforma Tributária e principais marcos temporais;

MÓDULO 3

MECANISMOS ADMINISTRATIVOS PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- i. Reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro: qual instituto cabe em qual momento?
- ii. Diferença entre atualizações financeiras ordinárias e reequilíbrio extraordinário;
- iii. Limites temporais e financeiros para admissão de modificação no preço de contratos administrativos;
- iv. Diferenciais de contratos de prestação de serviços, de compras e de concessões;
- v. Formalização de pleitos e seu processamento;
- vi. Quando o ajuste financeiro é indevido por ocorrência de preclusão;
- vii. Como prevenir ocorrências futuras em licitações, aditivos e nos próprios instrumentos de revisão de preço.

MÓDULO 4

EFETIVAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DECORRENTE DA REFORMA TRIBUTÁRIA

- i. A equação econômico-financeira como ponto de partida: relação entre preço, custo, encargos e remuneração;
- ii. Onde os tributos aparecem na composição do preço;
- iii. Diferenças relevantes entre tributação, custo e preço;
- iv. Alteração tributária x impacto econômico.

- v. Diferenciais de impactos em contratos celebrados antes e durante a transição;
- vi. Como demonstrar e comprovar o impacto, e como conferir;
- vii. O regime específico da LC nº 214/2025: arts. 373 a 377;
- viii. possibilidade de pedido pela contratada e revisão de ofício pela Administração;
- ix. Prazo e momento adequado para apresentação do pedido ou instauração de processo administrativo;
- x. Diferenciais a serem considerados em contratos com matriz de riscos;
- xi. Planilha ao impacto: como calcular o efeito efetivo;
- xii. Onde a Reforma Tributária repercute no preço?
- xiii. Carga tributária nominal x carga tributária efetiva;
- xiv. Como elaborar ou analisar a memória de cálculo
- xv. Formas de recomposição do desequilíbrio comprovado;
- xvi. Implementação provisória;
- xvii. Estruturação do processo administrativo para pedido, instrução e deferimento do reequilíbrio econômico-financeiro.

06

Metodologia, recursos e acesso

Metodologia

O curso será desenvolvido em metodologia expositiva técnica com abordagem prática, analítica e orientada à tomada de decisão.

Recursos inclusos

- Acesso 100% virtual, ao vivo, com interação direta com os professores;
- Apostila em PDF com os slides projetados durante o curso;
- Material base e complementar integrante da carga horária;
- Gravação das aulas, disponibilizada no Ambiente Virtual INGEP EAD;
- Fórum virtual para envio de dúvidas relacionadas ao conteúdo;

Acesso e certificado

- Acesso ao Ambiente Virtual INGEP EAD por 20 dias a contar da data de início do curso;
- Certificado de participação emitido aos participantes com frequência igual ou superior a 75% da carga horária.

Requisitos técnicos

- Computador com acesso à internet, velocidade mínima recomendada de 10 Mbps;
- Webcam (preferencial) e microfone ou fones de ouvido;
- Navegador atualizado — preferencialmente Google Chrome.

07

Condições comerciais e contratação

Investimento

Valor regular: R\$ 2.870,00 por participante.

CONDIÇÃO ESPECIAL DE LANÇAMENTO

R\$ 2.150,00 por participante

Descontos para grupos podem ser avaliados mediante solicitação, conforme o número de inscrições.

Condições de pagamento

O pagamento poderá ser realizado mediante empenho ou conforme os procedimentos administrativos e financeiros adotados pelo órgão ou entidade contratante.

Validade da proposta

A condição especial válida exclusivamente para a turma de 10 a 13 de novembro de 2026.

Dados institucionais para cadastro e contratação

RAZÃO SOCIAL	INGEP — Desenvolvimento Gerencial Ltda.
NOME FANTASIA	INGEP — Instituto Nacional de Gestão Pública
CNPJ	10.416.091/0001-02
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	521079-2-2 (Porto Alegre/RS)
ENDEREÇO	Rua Mariante, 959 — Bairro Rio Branco — Porto Alegre/RS — CEP 90.430-181
TELEFONE	(51) 3331.0000
WHATSAPP	(51) 99625.3005
E-MAIL	ingep@ingep.com.br
SITE	www.ingep.com.br

08

Sobre o INGEp

O INGEp — Instituto Nacional de Gestão Pública atua desde 2008 oferecendo soluções de consultoria, treinamento e assessoria voltadas à Administração Pública, com notória especialização nas áreas de licitações, contratos administrativos, gestão de pessoas e processos de negócios.

Sediado em Porto Alegre/RS, o Instituto conta com corpo docente formado por profissionais de reconhecida atuação técnica e acadêmica, responsáveis por publicações de referência no setor, oferecendo capacitação prática, atualizada e juridicamente segura para servidores, gestores e profissionais que atuam com a Administração Pública em todo o país.

ATUAÇÃO	Consultoria, treinamento e assessoria para a Administração Pública
DESDE	2008
ÁREAS	Atuamos em planejamento e gestão das contratações, licitações e contratos administrativos, sustentabilidade e LGPD, gestão e fiscalização contratual, obras e serviços de engenharia, terceirização e formação de preços, além de tecnologia da informação , com soluções personalizadas para as necessidades de cada organização.
SEDE	Porto Alegre/RS, com atuação nacional

Capacitação técnica com notória especialização para Administração pública: Excelência técnica, credibilidade e soluções que transformam a gestão.

Instituto Nacional de Gestão Pública

Porto Alegre, setembro de 2026